



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BEM COMUM

PROTAGONISMO FEMININO NA AGROECOLOGIA: ESTUDO DE CASO EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN¹

SANTOS, Carine de Jesus²; LIMA, Francisca Eliane de³; SILVA, José de Arimatéia⁴; AMARAL, Letícia de Souza⁵

² Doutoranda no programa de pós graduação Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, cariny.santos@gmail.com

³ Apicultora, coordenadora estadual da rede de economia solidária e feminista/ coordenadora da Rede Xique-xique de Comercialização

⁴ Mestrando no programa de pós graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, arimateia71@gmail.com

⁵ Mestranda no programa de pós graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, leticia.amaral.01@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo verificar como vem sendo construído o protagonismo feminino na produção agroecológica. Para isso, foi realizado um estudo de caso com o grupo de mulheres “Unidas Venceremos”, no assentamento Paraíso, localizado na zona rural do município de São Miguel do Gostoso, no estado do Rio Grande do Norte. É uma experiência desenvolvida em um quintal produtivo coletivo, a partir dos princípios e práticas da economia solidária e feminista, onde cada mulher produz individualmente e comercializa com outras na feira local, em um espaço à parte, conhecido como espaço da agroecologia pelos(as) consumidores(as). Apesar de estarem organizadas e possuírem uma estrutura mínima que atende às suas necessidades, o grupo ainda enfrenta dificuldades relacionadas à aquisição da certificação orgânica. As agricultoras apontam ainda que, mesmo tendo uma relação de confiança com seus consumidores(as), a ausência de certificação é uma barreira que dificulta acesso a alguns mercados.

PALAVRAS-CHAVE: Quintais produtivos; agroecologia; economia feminista, economia solidária.

INTRODUÇÃO

O debate acerca do sistema agroalimentar está fundamentado na transição do modelo fordista – baseado na monocultura, na dependência em relação à indústria e na produção em escala – para um novo modelo, pautado nos princípios sustentáveis e que preconizam a conservação ambiental, a coprodução com a natureza e a qualidade dos alimentos seja possível. O termo “qualidade” engloba uma série de preocupações de um novo perfil do consumidor que observa aspectos nutricionais, ambientais e socioculturais. Isso tem contribuído para a produção de alimentos não apenas saudáveis e livres de agrotóxicos, mas que tragam consigo valores de justiça e equidade social. Uma das faces desse processo é a agroecologia², sempre associada a práticas sustentáveis, capaz de garantir a soberania e segurança alimentar (GOODMAN, 2012). Nesse cenário de transformações, não somente os homens, mas sobretudo as mulheres, estão encontrando um papel de destaque nesse novo modelo de produção.

O debate sobre gênero e agricultura familiar tem avançado bastante nos últimos anos, centrado tanto na invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas e reprodutivas, como nas perspectivas que se abrem

¹ Esta pesquisa está associada a coleta de dados sobre experiências agroecológicas, para formação curricular dos pesquisadores.

² A agroecologia é muito mais do que uma forma de gestão dos recursos naturais, configurando-se como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar “valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo” (citação extraída do relatório organizado por Pádua, 2001)



para as mulheres com a ascensão cada vez maior das atividades não-agrícolas como geradoras de renda no meio rural. Tem-se ainda um contexto que surge a partir das práticas agroecológicas, que trazem consigo uma forma mais inclusiva de se fazer agricultura e possibilidades de ascensão para as mulheres no campo. No entanto, a figura do homem como representante principal ainda reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe, mesmo diante de um contexto em que a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente (FERREIRA, 2008).

O compromisso com as tarefas de cuidado, com a limpeza da casa, a lavagem das roupas, o preparo das refeições, o estímulo à constituição de relações afetivas e à construção dos vínculos familiares são alguns dos elementos principais que corroboram para produção da vida. Em outras palavras, a vida é cotidianamente tecida através de muito trabalho feito pelas mãos das mulheres, dessa forma, Jancz et al (2018), afirmam que:

O ponto de partida da economia feminista é que a produção do viver não pode ser reduzida a números e fórmulas, como as que normalmente são apresentadas por homens brancos engravatados nos telejornais. O feminismo questiona a forma dominante de pensar a economia, que considera relevante apenas uma pequena parte do conjunto das atividades necessárias para produzir a vida e mover a sociedade. A economia dominante só olha para as atividades realizadas no mercado, a partir do trabalho remunerado, da compra e da venda de produtos e da lógica de obtenção de lucro. Isso exclui um conjunto de atividades, trabalhos e relações que não são monetizados, não circulam em troca de dinheiro, mas que sem eles a economia não pode se mover e nem a vida pode se reproduzir a cada dia. São atividades realizadas majoritariamente pelas mulheres, nos espaços domésticos e comunitários (JANCZ ET AL, 2018, pág. 16,17).

É preciso que sejam reconhecidas as questões que remetem mulher a um lugar inferior na sociedade, que reproduzem mais desigualdades e opressão. Para que esse contexto seja modificado, ele precisa ser evidenciando e colocado em pauta de forma a contribuir para um papel mais ativo das mulheres (BONUMÁ, 2015).

Observamos que o tipo de trabalho atribuído a mulheres e a homens resulta de uma condição naturalizada que foi estabelecida historicamente e socialmente, através da divisão sexual do trabalho³, na medida em que para o trabalho masculino é atribuído valor monetário, portanto, produtivo, e para as mulheres sobra o que é classificado na escala inferior, pela divisão sexual do trabalho, no campo reprodutivo, como aborda Aguiar (2017):

Marcadamente, no meio rural, essa divisão sexual do trabalho atribui a mulher o trabalho reprodutivo, este identificado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é

³A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)" (KERGOAT E HIRATA, 2007).



considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres nos espaços rurais empregam para sua realização, tornam-se invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade (AGUIAR, 2017).

Na agricultura o que tem valor monetário está associado ao produtivo, prevalecendo o reconhecimento do trabalho masculino. Neste mesmo contexto, quando as mulheres contribuem com a mesma carga de trabalho ou as vezes até superior, a ação é recebida como ajuda ou, na melhor das hipóteses, é vista como complemento ao trabalho dos homens, o que demonstra que além do trabalho no espaço privado não ser considerado como trabalho, quando a mulher atua na esfera produtiva, ainda assim, todo seu esforço continua invisibilizado. Essa invisibilização contribui substancialmente para que as mulheres não sejam consideradas como trabalhadoras e muito menos tenham reconhecimento social, impedindo-as de acessarem direitos e benefícios, como os previdenciários (AGUIAR, 2017).

Nas comunidades rurais não existe uma separação entre unidade familiar e de produção, dificultando a percepção sobre o que é trabalho produtivo e não produtivo. Tomando, como exemplo, os quintais produtivos, podemos dizer que nesse espaço é gerado um tipo de microeconomia pelas mulheres, ao produzir alimentos e criar pequenos animais, que tanto podem ser consumidos, como comercializados, contribuindo substancialmente para a segurança alimentar e nutricional da família (AGUIAR, 2017).

Sobre esse aspecto, Maronhas, Schottz e Cardoso (2014), consideram que:

Para analisar o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres é preciso considerar que essas tarefas não são realizadas de forma apartada como os conceitos que usamos para melhor compreendê-las. Há uma produção conjunta, os trabalhos domésticos, de cuidados e produtivo são realizados em espaços e tempos próximos, muitas vezes os mesmos. Estes ainda guardam uma relação bastante íntima, evidenciada em situações econômicas de crise que geram restrições ou diminuição dos serviços públicos e cortes de custo nos setores privados que são compensados pela intensificação do trabalho das mulheres, em atividades mercantis ou domésticas.

As mulheres rurais plantam e criam animais em torno da casa, ao mesmo tempo em que cuidam dos trabalhos domésticos. O produtivo e o reprodutivo se confundem em um só espaço, naturalizando o que cotidianamente é desempenhado pelas mulheres numa atmosfera de invisibilidade, a ponto de não serem percebidas suas contribuições no campo econômico e de promoção da segurança alimentar para a família como um todo.

Nesse sentido, a agroecologia surge como modelo alternativo e inclusivo para agricultoras familiares tendo em vista as seguintes características: o enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar; a transição agroecológica valoriza uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o cuidado), essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias; a forma como se dá a transição agroecológica



pressupõe a participação de todos os membros da família; a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realiza a comercialização (como as feiras), permite o contato com pessoas e grupos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando maior autoestima; o fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia (SILIPRANDI, 2009).

Apesar das mulheres terem destaque no processo de reprodução social da agricultura familiar com base agroecológica e na construção da sustentabilidade, se discute pouco a importância de seu trabalho. Elas adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam, desempenhando importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, o que é bastante visível na formação dos quintais produtivos. Demonstrem, ainda, em muitas regiões do mundo, um significativo conhecimento sobre os recursos genéticos, assegurando a soberania e segurança alimentar (PACHECO, 2002). Diante desse contexto, o presente trabalho visa descrever a experiência agroecológica do grupo feminino “Unidas Venceremos” que fica localizado no assentamento Paraíso, na zona rural do município de São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte.

METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é qualitativa, ou seja, não focaliza a representatividade numérica, mas, sim, o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou/e de uma organização (GOLDENBERG, 1997). Para isso foi desenvolvido uma análise descritiva, por meio de um estudo de caso, que busca investigar o empoderamento feminino por meio da agroecologia. Entende-se como análise descritiva aquela que exige do investigador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

A investigação contou com o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e documental, entrevista semiestruturada e observação direta no assentamento Paraíso, em São Miguel do Gostoso/RN, com o objetivo de criar um estudo de caso sobre a experiência. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (1992), é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Seu objetivo é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Para este trabalho, foi realizado um breve levantamento sobre as principais contribuições teóricas acerca da agroecologia e o espaço que as mulheres têm conquistado.

Não muito diferente da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental surge com fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, etc. (FONSECA, 2002). No que se refere a essa etapa do artigo, foram acessados os relatórios de Convênio MTE/SENAES (Ministério do Trabalho/Secretaria de Economia Solidária). A pesquisa de



campo aconteceu, inicialmente, em abril de 2018, quando foi possível conhecer o projeto de assentamento Paraíso e ter conhecimento quanto à experiência agroecologia protagonizada pelo grupo feminino “Unidas Venceremos”. O objetivo da visita foi coletar material para construção de um estudo de caso. Triviños (1987) trata o estudo de caso como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, tendo como objetivo qualificar a descrição de determinada realidade. De acordo com Yin (2005), podem ser utilizadas quatro diferentes fontes de informações em um estudo de caso: documentos, estatísticas, entrevistas pessoais e observações diretas. Em janeiro de 2019, foi realizada entrevista com a diretora da Rede Xique-Xique para melhor compreender o processo de certificação que o grupo está tentando obter. A partir da observação de campo e de entrevistas semiestruturadas com as sete componentes do grupo e a diretora da Rede Xique-Xique foi possível construir o estudo de caso e identificar de que forma a agroecologia tem contribuído para mudanças socioeconômicas na vida dessas mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo “Unidas Venceremos” surgiu em maio de 2011, a partir de uma área antes ocupada pelos homens, que desistiram de trabalhar coletivamente e abandonaram a produção. As mulheres enxergaram uma oportunidade de construir sua autonomia financeira e decidiram ocupar a área, formando o grupo. Sua produção, desde o início, foi focada na agroecologia. Inicialmente eram 20 mulheres, contudo, algumas desistiram ao longa da caminhada, motivadas por diversos fatores. Hoje, o grupo tem sete mulheres que persistem na caminhada e na luta pela autonomia e pelo protagonismo feminino, como expressa uma das agricultoras do grupo:

As mulheres de assentado pra eles não tinha valor, só tinha valor o homem, que o melhor do resultado desse grupo foi que a gente acabou com isso, hoje a mulher é mulher e ela consegue, e ela é capaz de fazer e trabalhemo demais lá dentro do assentamento da gente pela igualdade, que antes lá não existia isso, era deles e pronto e acabou. E a grande dificuldade foi essa, a gente querer o espaço pra trabalhar e eles não queriam porque tinha que fazer uma ata pra... Liberar um pedaço lá pra gente. E a gente abestalhada, e fiquemo entrando na deles e foi uma dificuldade muito grande, mas conseguimos... porque diziam que a gente não era capaz de produzir, enquanto os homens, que lá era uma área coletiva que já tinha irrigação, só que os homens começaram a trabalhar lá e trabalharam um ano depois desistiram, abandonaram, ai eles diziam que não iam liberar, porque com os homens não deu certo. E com mulher que não ia dar, né? Ai assim, foi uma grande dificuldade, mas conseguimos (M3).

A prática agroecológica era completamente desconhecida dentro do assentamento. A inclusão das mulheres, por meio da criação do grupo, se deu via apoio do presidente da associação do assentamento. Esse, através da participação de debates e intercâmbios em outros assentamentos, observou a atuação feminina, através de grupos produtivos, garantindo mais uma fonte de renda às famílias. Elas apontaram que, até então, havia uma completa exclusão das mulheres das atividades do assentamento. Durante as reuniões, essas eram completamente silenciadas e não possuíam poder de decisão. A partir da criação do grupo e dos avanços que



ele passou a proporcioná-las, foi possível ver mudanças significativas, contribuindo para a construção de autonomias.

Mudou, mudou, porque antigamente a gente não tinha o conhecimento de hoje que a gente tem, as participação de reunião fora, dentro do assentamento, hoje a gente é reconhecida, é chamada pra participar, e pra falar a verdade... aí e a participação né da... E pra falar a verdade quem representa o assentamento são as mulheres. Lá na gente é assim, os homens podem ir na reunião lá, você conta um, dois, mas lá a sede dos agricultores é cheio, cheio, mas só de mulher (M3).

A participação feminina alterou profundamente a relação destas dentro do assentamento. Percebe-se isto quando elas relatam uma nova percepção quanto a sua ligação com a terra, ainda que ela esteja em nome dos seus companheiros. Tal sentimento fica evidenciado na fala de uma delas: “Os homens só receberam as terras porque constituíram uma família. Dessa forma, se não fossem as companheiras, eles não teriam acesso às terras” (ENTREVISTA, 2018). Essa ideia serviu para incentivar a atuação dessas mulheres nas discussões dentro do assentamento, bem como atuarem na luta por um pedaço de terra para produzirem.

Para sua criação, além do apoio do ex-presidente da associação do assentamento, contaram com a: AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte) que atuaram prestando assistência técnica ao grupo, tornando possível que elas trabalhassem com práticas agroecológicas; o Centro Feminista Oito de Março (CF8), que trabalha desde a percepção do feminismo dentro do contexto urbano e rural, até a capacitação política e técnica dessas mulheres; elas ainda destacaram a atuação da Rede Xique-Xique⁴ com quem contam como meio de escoar sua produção, assim como, de fortalecer o discurso feminista entre as mulheres que integram o grupo.

A gente conheceu através de reuniões, no FOPP⁵ que a gente começou, no FOPP, aí a gente conheceu outros grupos, aí em conversa a gente foi incentivada a formar grupo que a gente já tínhamos vontade de formar, aí foi... conhecemos Neneide na Rede Xique-Xique, aí ela deu mais uma força pra gente, começou a dar reunião pra gente, aí a gente foi... aceitamos e começamos a formar o grupo e até hoje tá dando certo, graças a Deus (M6).

Diferente do modo de produção convencional, adotado pelos homens no assentamento, as mulheres desenvolveram práticas agroecológicas. Essas ainda são alvo de discriminação, devido ao tempo que dedicam às práticas sustentáveis do solo e pela produção reduzida, quando comparada à agricultura convencional. Quando o grupo recebeu as porções de terras para cultivo, estas estavam totalmente desgastadas, devido ao uso intensivo de agrotóxicos, adubo químico e pesticidas. É um consenso dentro grupo, a preocupação com a

⁴A rede estimula agroecologia, feminismo e economia solidária. A intenção da organização é romper a relação com o atravessador, assim como, promover uma oferta diversificada dos seus produtos, para atrair e fortalecer o consumo solidário, no lugar do lucro acumulado pelos intermediários. A Rede Xique-Xique está presente em 19 municípios no oeste do estado, organizados nos territórios de Sertão do Apodi, Assú-Mossoró, Mato Grande e Terras Potiguaras, e trabalha com cerca de 100 grupos produtivos, reunindo agricultores, pescadores e artesãos (ENTREVISTA, 2019).

⁵Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso.



qualidade daquilo que é oferecido aos seus consumidores e servido nas mesas de suas casas. A expressão referente à segurança alimentar foi bastante enfatizada como um dos principais motivos para que o grupo opte por um caminho diferente da produção convencional. A área destinada ao grupo é de exatamente três hectares, distribuída entre 7 mulheres.

A produção é bastante diversa, podendo ser dividida quatro categorias: a) hortaliças (alface, coentro, rúcula, couve, salsinha, cebolinha, couve chinesa, sálvia, hortelã miúdo e mostarda); b) legumes (cenoura, beterraba, pepino, abóbora, rabanete, pimentão, tomate cereja, macaxeira e inhame) e; c) frutas (banana, maracujá, graviola, goiaba, mamão, limão, acerola e mangaba); criação (galinha e vaca).

A área de plantio é coletiva, mas o grupo informal existe para comercialização dos produtos e para “enfrentarem, juntas, todos os problemas que surgem” (SÔNIA, ENTREVISTA 2018). Entende-se aí que, caso haja problemas produtivos ou até mesmo pessoais, elas se reúnam e busquem soluções juntas.

Foi possível constatar ao longo da visita que o grupo se encontra em estágio de transição agroecológica, isto porque ainda ocorre uma grande dependência em relação ao uso de alguns insumos, como as sementes híbridas e o adubo. Além do mais, é válido destacar que, como o adubo que é produzido na comunidade nem sempre é capaz de atender às necessidades do grupo, é necessário comprar em comunidades vizinhas, que quase sempre não fornecem adubo orgânico.

Este processo de transição é um desafio para os(as) agricultores(as) familiares que desenvolvem consciência quanto aos danos causados pela agricultura convencional. Uma vez que conseguem se desprender do uso da maior parte dos insumos, mas ainda há requisitos a serem cumpridos para a obtenção da certificação, tais como: as sementes, qualidade do solo e da água.

A ausência de uma assistência técnica contínua e uma política de crédito que vise reduzir os custos de uma transição agroecológica são as principais barreiras para essas agricultoras. Além disso, ainda se tem o processo burocrático e os altos custos para obtenção e manutenção da certificação. A falta da certificação por sua vez implica em uma grande perda na agregação de valor dessa forma de produção, pois elas ficam impossibilitadas de serem vendidas em supermercados e para o mercado institucional. O que resta são os circuitos regionais e a venda aos atravessadores.

No caso do grupo Unidas Venceremos, as agricultoras vendem os seus produtos na Feira Agroecológica e da Economia Solidária, no próprio município. Elas também comercializam em hotéis, pousadas e restaurantes da região, além de venderem dentro da própria comunidade. Atualmente, a rede Xique-Xique de Comercialização está assessorando o grupo para obtenção da certificação.

Como fruto de todo processo de empoderamento coletivo, as mulheres passaram a ser convidadas a participarem das reuniões dentro do assentamento; terem convites políticos que chegam à região e são destinados ao grupo; participarem de intercâmbios para aprenderem novas práticas e, assim, repassarem as suas experiências; possuírem forte atuação política na luta pelo feminismo no campo. As atividades domésticas, antes responsabilidade só delas, começaram a ser divididas entre os membros da família, conquistaram o direito de não serem vistas só como esposas, mas, também, como trabalhadoras rurais, dignas de espaço e respeito. Por fim, constatou-se que a renda proveniente da agricultura permite que elas possam comprar aquilo que



desejam, sem terem que dar satisfações aos seus companheiros.

Diante deste contexto, a dimensão econômica se coloca como fundamental para se pensar a construção da autonomia financeira das mulheres rurais, sobretudo, para reafirmar que elas também participam fortemente da economia, no campo produtivo, muito embora saibamos que as mulheres transitam e influenciam nas duas esferas, produtiva e reprodutiva, onde a última, segundo Aguiar (2017), ainda marcada pela exploração e invisibilidade que alicerça o trabalho familiar na agricultura. A geração de renda feminina impacta, em grande medida, na luta pela superação das desigualdades de gênero e condições de subalternização, propiciando o aumento da participação e poder das mulheres, nas decisões familiares.

Me sinto mais independente que é o melhor de tudo, porque antes de eu começar com essa horta, todo dinheiro que eu pegava vinha da mão dele né, hoje em dia pra mim comprar uma coisa, tem vez que quando ele vem saber eu já tenho comprado, até pra eles mesmo né, eu compro com o que eu trabalho, dá pra fazer isso, não é muita coisa, mas é uma grande ajuda, e isso pra mim é tudo, ser independente, né (M1).

A partir das falas podemos perceber que as próprias mulheres ainda veem como ajuda o que ganham e contribuem financeiramente em suas casas, mas compreendem a importância de possuir uma renda própria para o fortalecimento de sua autonomia econômica.

É importante compreender que o trabalho doméstico e os cuidados têm uma grande relevância política, social e econômica para sociedade, apesar de ser trabalho “não remunerado”, incide diretamente na economia de um país, pois dá condições para que membros de determinada sociedade possam desempenhar funções e gerar grande parte para o sistema capitalista.

Certificação e Participação social

O processo de certificação ainda é um entrave para o escoamento e a valorização da produção a ser superado pelo grupo de mulheres. Através da certificação, os alimentos são atestados como agroecológicos, livres de veneno, além de terem como característica princípios éticos, políticos, culturais e sociais na sua concepção. A legislação brasileira prevê três tipos de mecanismo para que a produção seja certificada: certificação por auditoria, sistema participativo de garantia e controle social na venda direta.

No caso do grupo Unidas venceremos o acesso à certificação está sendo fomentado pela Rede Xique-Xique de Comercialização, que se encontra em vias de credenciamento como uma OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade, o qual responde pela emissão do SisOrg (Selo orgânico) para que seja possível participar do SPG, que se constitui da seguinte forma:

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) têm um nível de operacionalização mais burocrático. Os SPG são voltados a agricultores que realizam vendas a terceiros e, por isso, necessitam de um selo de certificação. Eles reúnem produtores e outras pessoas interessadas em constituir o sistema, bem como o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os OPACs são uma empresa ou entidade



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BEM COMUM

jurídica que assume a responsabilidade legal pela avaliação se a produção está seguindo os regulamentos e normas técnicas da produção orgânica (JANCZ ET AL, 2018, pag. 71).

Esse tipo de certificação envolve a participação de produtores(as), consumidores(as), técnicos(as) e outros(as) interessados(as), onde todos(as) são corresponsáveis pelo fluxo do sistema, criando uma relação de confiança mútua, além da troca de saberes, experiências, configurando-se em um espaço de formação permanente e trazendo benefícios, aprendizados a todas as envolvidas no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações percebidas no Sistema Agroalimentar permitem observar que estão em curso mudanças que são reflexo, dentre outras coisas, da crescente preocupação dos consumidores com a segurança alimentar e com a soberania alimentar, o que reforçou alguns valores relacionados à qualidade e à procedência do produto. A partir daí, passaram a ser considerados novos atributos para os alimentos, além do preço e da conformidade, buscando e priorizando as mercadorias que contemplem valores ligados à produção sustentável.

Os espaços que discutem e constroem a agroecologia, assim como os modelos produtivos daí decorrentes, estão criando condições para que ocorra igualdade de direitos e de acesso a recursos entre homens e mulheres. Ainda não é possível apresentar respostas definitivas, mas já se pode apontar mudanças que a agroecologia e o debate feminista estão provocando. Há sinais claros, ainda que tímidos, da construção de uma proposta de agricultura sustentável que traz a contestação do modelo convencional a questionamentos quanto às formas de subordinação das mulheres agricultoras.

As organizações feministas no campo têm trabalhado para permitir uma maior visibilidade do trabalho das mulheres no meio rural, bem como lutado para superar as desigualdades de gênero geradoras das mais diversas formas de violências no meio rural. Observa-se que a agroecologia abre espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e conquistem mais poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política.

Os avanços socioeconômicos são visíveis para as integrantes do grupo “Unidas Venceremos”. Entre eles, merece destaque a construção da emancipação econômica, que vem gerando o reconhecimento social dentro de suas famílias e da comunidade. No entanto, mesmo com a grande mudança na qualidade de vida delas, o machismo ainda se apresenta como um grande desafio para inserção de novas componentes no grupo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia. **O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões**, 2017. Revista Raízes. V. 37, n.2.

BITENCOURT, Gilson; SABBATO, Albert di. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Curitiba: DESER, Brasília: FAO/INCRA, 2000.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. **Agroecologia Convergências e divergências entre**



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BEM COMUM

feminismo e agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 69, n. 2, jun. 2017

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E.; GOODMAN, M. **Alternative food networks.** London; New York: Routledge, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>.

JANCZ, Carla Jancz, Et al. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira.** São Paulo: SOF, 2018. 84p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

MARONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa; CARDOSO, Elisabeth. **Agroecologia, Trabalho e Mulheres: um olhar a partir da economia feminista.** Anais do 18º REDOR, 2014, Recife-PE.

PÁDUA, J. A. (org). **Seminário preparatório ao Encontro Nacional de Agroecologia.** Rio de Janeiro nos dia 27 e 28 de julho de 2001. Rio de Janeiro, agosto de 2001.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: As-pta, 2009. p. 139-152

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.